

José Alberto Azeredo Lopes

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, José Alberto Azeredo Lopes, por ocasião do
Dia do Exército**

Elvas, 23 Outubro 2016

Senhor General António dos Santos Ramalho Eanes, EX-PR, EX-CEMGFA e EX-CEME,

Senhor Dr. Nuno Miguel Fernandes Mocinha, Presidente da Câmara Municipal de Elvas,

Senhor Dr. Paulo Alexandre Bencatel Canhão, Presidente da Assembleia Municipal de Elvas,

Senhor José Domingos Verruga Laço, Presidente da Freguesia de Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso,

Senhor General Frederico José Rovisco Duarte, Chefe do Estado-Maior do Exército,

Senhores Deputados da Assembleia da República,

Senhor Tenente-General João Luís Ramirez de Carvalho Cordeiro, Chefe da Casa Militar do Presidente da República,

Senhor Tenente-General Manuel Mateus Costa da Silva Couto, Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana,

Senhoras e Senhores representantes do poder local e das instituições regionais,

Senhores dirigentes do Ministério da Defesa Nacional,

Senhores oficiais gerais,

Oficiais, sargentos, praças e civis que servem no Exército,

Minhas senhoras e meus senhores,

Servir Portugal é, para mim, um privilégio que se reveste de um sentido especial em situações como aquela que nos reúne aqui hoje, e por isso quero dizer, sentida e veementemente, que é com muito gosto que presido a esta Cerimónia Militar Comemorativa do Dia do Exército.

Dirijo as minhas primeiras palavras a Elvas e a quem aqui nasceu ou vive, e faço-o evocando o ilustre passado histórico desta cidade raiana e a sua importância para a Defesa Nacional e para a História de Portugal. Deixem-me que recorde que, em janeiro de 1659, as suas linhas de muralhas e os fortes de Santa Luzia e da Graça cumpriram um papel defensivo de singular relevo no desenlace da Guerra da Restauração, na tão célebre Batalha das Linhas de Elvas. Em cerimónias como a de hoje, não é supérfluo lembrar acontecimentos históricos como aquele a que acabo de aludir, e tão-pouco é um exercício meramente retórico referir o património histórico de que todos nos orgulhamos e no qual convergem os valores democráticos e humanistas de Portugal. O património histórico de Elvas, e em particular o seu património militar, é de uma riqueza tal que a UNESCO inscreveu na sua lista de Património Mundial o Aqueduto da Amoreira, os fortes da Graça e de Santa Luzia, os fortins de São

Domingos, São Pedro e São Mamede, bem como todo o centro histórico, no qual pontificam as cercas medievais e os edifícios militares da antiga praça-forte de Elvas. Não esqueçamos: as muralhas seiscentistas de Elvas constituem a maior fortificação abaluartada do mundo.

A história de Elvas está diretamente ligada à história da fundação de Portugal, à definição e à defesa das nossas fronteiras. Também a história do Exército português se confunde com a história da fundação do Estado português, que é um dos mais antigos da Europa, e é-o porque o Exército garantiu desde o início a preservação da nossa independência. Portanto e em síntese singela: a história de Elvas e a história do Exército português são parte integrante da história de Portugal. Da história de que todos podemos e devemos orgulhar-nos.

Desde logo porque comemorar a tomada de Lisboa - a 24 de outubro - demonstra já características que ainda hoje, à distância de quase nove séculos, a nossa estratégia de defesa nacional nos exige:

- a necessidade de preparação de um Exército que, na altura assente na base das tropas de concelho e na consciência popular, implicou a sua gestão otimizada e elevada sustentabilidade, como hoje ;

- mas também a nota da sua insuficiência para grandes operações, que origina o recurso ao conceito da “segurança colectiva”, levou à constituição de uma poderosa coligação militar internacional de cujo comando estratégico D. Afonso Henriques se iria encarregar.

Tal significou esforço diplomático na negociação, mas demonstrou também, e para sempre, a credibilidade do Exército e do seu comandante e a viabilidade de uma nação, cujo reconhecimento internacional foi marcante a partir dessa época e para a qual contribuiu o esforço, a preparação e as capacidades reconhecidas no terreno, ao seu Exército. No quadro dessa preparação esteve também presente a modernização tecnológica pela introdução de novas armas e técnicas para convivência com as tropas estrangeiras que se fizeram passar pelo nosso país, no quadro, na altura, de uma nova Cruzada.

Hoje é esta profunda ligação do Exército à sua população, onde muitas vezes o “mar acaba e a terra começa” que é uma das razões de ser do Exército de Portugal. A forte ligação do Exército aos Portugueses, que surge já desde então, manifestou-se quase em permanência ao longo de toda a nossa história, obra colectiva de uma Nação que várias vezes pegou em armas e de Soldados que a promoveram.

A história de um país, sabemo-lo bem, faz-se e constrói-se, no dia-a-dia, na dificuldade, como na bonança, com o esforço, o talento e o profissionalismo de todos e de cada um. O Exército é, neste âmbito, um caso que eu não hesito em chamar paradigmático. Quero, por isso, aqui e

agora, destacar o esforço de modernização constante do Exército, sem o qual a valorização do seu passado se perderia e o seu caminho de futuro acabaria por se esgotar. Nesta modernização têm entrado, de modo articulado, o redimensionamento do efetivo, o dispositivo, o reequipamento, a gestão sustentada e ponderada dos recursos e a liderança exemplar do atual Comando do Exército.

E, para isso, é necessário, continua a ser necessário, e será cada vez mais necessário garantir a eficiência dos recursos atribuídos que hoje são escassos, mas que obedecem ao mandato do povo a este Governo: procurar a eficiência, num quadro de alternativa, que passa também por reposição de rendimentos e valorização dos recursos humanos, daqueles que servem o Estado. Essa eficiência implica, porém, que se sopesem de forma muito ponderada as características excecionais que as Forças Armadas têm por serem Forças Armadas, como as promoções e as admissões que visam, justamente, manter judiciosamente o efetivo e a devida qualificação, preparação e adequação dos quadros e tropas de uma estrutura hierárquica, que hoje tem que ser cada vez mais dinâmica e de gestão flexível.

Daí que se garanta uma permanente disponibilidade para agilizar os processos e a informação disponível, ao nível da direção e comando das Forças Armadas, pois a decisão não reside só num Ministério, mas normalmente começa ali para ser levada a outro nível de análise e de discussão para a decisão final a nível governamental. Como todos sabemos, a Defesa Nacional insere-se hoje numa ideia de defesa alargada onde outras dimensões estão presentes, como a económica, a diplomática, a própria política de segurança interna, que, para além da militar são também importantes para a garantia da soberania do Estado e para a segurança, proteção e desenvolvimento das populações. Porém, além de essencial, a dimensão militar e as Forças Armadas são um instrumento que não hesito em qualificar de capital nessa equação, e daí o carácter de excecionalidade que lhe tem sido justamente e devidamente garantido. Mas é um exercício, repito, contínuo de interação com o nível político, em que as suas lideranças, as suas assessorias e os seus órgãos de conselho têm e devem interagir, de forma dinâmica e rápida, para garantir que os requisitos e o conceito de imprescindibilidade dessa natureza excecional sejam garantidos para a melhor eficiência, para melhor

utilização dos recursos que o mandato do povo e as instâncias internacionais em que estamos inseridos nos exigem continuamente.

Temos encontrado – é bom que o diga - a cooperação e abertura necessárias, mas devemos ser cada vez mais capazes nesta área e tudo faremos para, de forma inclusiva, mas superiormente dirigida, continuarmos a ter esse cariz de excecionalidade que é justificado, mas que deverá ser também sempre credível e adequado às capacidades do país e do povo que servimos.

O Exército português tem demonstrado essa abertura e essa capacidade nestes processos de decisão mas também e sobretudo no terreno, com expressão elevada da sua preparação estratégica e capacidade operacional. Graças a isso, o seu papel enquanto instrumento de política externa é hoje felizmente indiscutível, e ninguém questiona a função de grande relevância e às vezes decisiva das nossas forças terrestres nas missões de paz internacionais, nas quais temos sabido assumir com total profissionalismo e eficiência, ao lado dos nossos aliados, as nossas responsabilidades na construção de um mundo mais seguro e mais justo. A participação do Exército nas Forças Nacionais

Destacadas em países como a Lituânia, o Kosovo, o Iraque, o Mali e em breve a República Centro-Africana evidenciam bem como o Exército português se constitui cada vez mais como agente de segurança internacional e como elo no estabelecimento e reforço das nossas alianças externas, sempre em consonância com o Direito Internacional.

Importa também salientar o papel do Exército nas mais diversas missões de interesse público: no combate a incêndios, na melhoria das condições de vida das populações e na aposta nas capacidades de duplo uso, conseguindo de forma, a meu ver, admirável aquilo que a Constituição da República Portuguesa lhe comete, sem precisar de a evocar a propósito e infelizmente quantas vezes a despropósito. Um dos eixos do atual Ministério da Defesa é o desenvolvimento do país em todas as suas dimensões, a resolução dos problemas que nos afetam, tanto dentro das nossas fronteiras como na atenção às ameaças globais (redes de crime transnacional e terrorismo, entre outros). A fórmula do “duplo uso” é, assim, central na modernização das Forças Armadas e, em particular, do Exército. É o duplo uso que permite a criação de nichos de tecnologia, com base em investigação e desenvolvimento aplicados que se

transformam e desenvolvam enquanto verdadeiros *clusters* industriais, numa altura em que o país precisa dessas valências no seu desenvolvimento e para o seu progresso. Os recursos úteis a cada um dos ramos das Forças Armadas no cumprimento das suas missões devem ser também, sempre que possível, recursos com proveito para todas as Forças Armadas e também, porque não dizê-lo, para a sociedade em geral. Daqui decorrem sinergias que resultam em progresso tecnológico, concretizado, em particular, na indústria portuguesa de Defesa e na melhoria das condições de vida da população portuguesa.

Num Exército moderno são obviamente importantes os equipamentos e demais meios materiais, mas o Ministério a que tenho a honra de presidir não esquece que o fator humano é, afinal, o fator fundamental. A valorização do elemento humano da Defesa Nacional é uma das nossas grandes preocupações e um dos principais vetores da nossa ação. Não é este o lugar para entrar em pormenores, até porque o Exército sabe bem o que já fizemos e o que queremos fazer e estamos a fazer, mas permitam-me que refira o apoio social e a assistência na doença, que constituem áreas sensíveis nas quais importa conseguir uma

articulação equilibrada entre as expectativas perfeitamente legítimas dos utilizadores e as boas práticas de gestão e serviço. É também dentro deste espírito que o Governo está a desenvolver a ação social complementar e a trabalhar de forma – garanto-lhes – empenhada no processo de instalação e implementação do Hospital das Forças Armadas, que queremos regido pela melhoria contínua das práticas e dos cuidados de saúde.

Os recursos humanos do Exército necessitam de uma liderança que saiba promover o exercício das suas múltiplas e complexas funções, dentro e fora de Portugal. Daqui decorre uma conclusão óbvia, mas que nem por isso devemos deixar de considerar: a liderança do Exército deve ser reconhecida, plenamente reconhecida, e deve ser ajustada aos contextos e aos problemas, devendo também, é bom dizê-lo, ser valorizada publicamente. Não há estruturas fortes sem lideranças fortes, e não há estruturas e lideranças fortes sem uma preocupação contínua com a transparência, com a verdade, com o rigor, com a conduta e com a ética, que o mesmo é dizer com a prestação pública e honesta de contas (na sua dimensão qualitativa, como na sua dimensão quantitativa), com a explicação do que se faz, por que se faz ou fez e como se faz. Ora,

transparência, rigor e ética implicam responsabilidade e responsabilização, implicam – e desculpem que utilize um termo que não tem tradução direta na nossa língua – implicam *accountability*, esta é uma palavra com sentido para a liderança do Exército, que tem sabido - e aqui o testemunho - abordar os problemas e obstáculos com frontalidade, mas também com bom senso e com serenidade, e que tem revelado, por isso mesmo, uma irrepreensível capacidade de concretização.

O Exército português é uma instituição com uma história antiga, muito antiga, com uma história ilustre, muito ilustre, que se liga, como pude notar no início, à história da fundação de Portugal. Contudo, se não houver uma reinvenção constante do passado e um investimento no presente e no futuro, a história e o prestígio desgastam-se e perdem-se muito rapidamente. Está, aliás, a História cheia de casos de êxito, em todas as áreas, que não conseguiram manter-se firmes na construção de um percurso contínuo de desenvolvimento. Não é o caso, felizmente, do Exército português, que está a modernizar-se e a evoluir a um ritmo constante, nas diversas e complexas áreas em que atua, com um grande sentido de futuro. Daí o esforço do Exército na modernização dos seus

equipamentos, das suas técnicas e dos seus recursos humanos, na melhoria das condições operacionais e da condição militar, na linha, aliás, convém dizê-lo, do cumprimento efetivo da Lei da Programação Militar.

Por tudo o que afirmei ao longo desta intervenção, estou agora em condições de dizer, e sem margem para dúvidas, que as grandes prioridades do atual Ministério da Defesa Nacional estão em consonância com as quatro grandes prioridades do Governo e, naturalmente, do Orçamento de Estado para 2017: as famílias, o investimento, o estado social e o conhecimento.

Vou concluir. Sublinho, minhas senhoras e meu senhores, mais uma vez, que o Exército tem desempenhado plenamente as missões que lhe são atribuídas, num quadro nacional e internacional de grande, de enorme exigência, e tem sabido transformar-se para melhor servir os interesses e a segurança de Portugal e do mundo. Os valores inalienáveis da independência, da soberania, da liberdade, da democracia, da segurança e da paz, que, regra geral, temos a triste tendência para dar como adquiridos, não existiriam sem o trabalho fundamental do Exército, que é, e continuará a ser, um fator tremendo de coesão e progresso de Portugal.

É para celebrar a história, o espírito de missão, a unidade e o respeito do Exército pelos valores democráticos que estamos hoje aqui reunidos.

A todas, a todos que servem no Exército, militares e civis, pelo profissionalismo, pela dedicação e pela lealdade, deixo aqui, mais uma vez, uma palavra de grande reconhecimento. Agradeço também a Elvas, cuja história e património enriquecem e orgulham Portugal, e a todos os elvenses que nos recebem neste dia tão importante para o Exército e para a Defesa Nacional.

Muito obrigado.